

INICIATIVAS E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE SEVERIANO MELO/RN

Maria Aparecida Barra¹

Renato Carneiro da Silva²

RESUMO

O artigo aborda a implementação de políticas públicas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva no município de Severiano Melo, no Rio Grande do Norte, destacando os desafios e iniciativas realizadas ao longo de dez anos (2014-2024). O estudo revela dificuldades estruturais, como a falta de infraestrutura adequada e a formação limitada dos professores, que comprometem a efetividade das práticas inclusivas. Além disso, identifica resistências culturais e preconceitos, que dificultam a inclusão de alunos com necessidades especiais. A pesquisa sugere que a colaboração entre governo, escolas, famílias e comunidade é crucial para o sucesso das políticas inclusivas. O estudo também discute o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e as adaptações pedagógicas implementadas nas escolas do município para atender os alunos com deficiências.

Palavras-chave: políticas públicas; educação especial; necessidades educacionais especiais;

ABSTRACT

The article addresses the implementation of special education public policies from the perspective of inclusive education in the municipality of Severiano Melo, Rio Grande do Norte, highlighting the challenges and initiatives undertaken over a decade (2014-2024). The study reveals structural difficulties, such as inadequate infrastructure and limited teacher training, which compromise the effectiveness of inclusive practices. Additionally, it identifies cultural resistances and prejudices that hinder the inclusion of students with special needs. The research suggests that collaboration between government, schools, families, and the community is crucial for the success of inclusive policies. The study also discusses the role of Specialized Educational Services (AEE) and the pedagogical adaptations implemented in the municipality's schools to accommodate students with disabilities.

Key words: public policies; special education; special educational needs; school inclusion.

1 INTRODUÇÃO

Em 2008, o Brasil adotou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Mesmo após 15 anos de sua implementação, Políticas Públicas

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Especialista em Psicopedagogia pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP). e-mail: cidabarra141827@gmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Professor adjunto da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa). e-mail: renato.carneiro@ufersa.edu.br

de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, continuam em desenvolvimento no País, enfrentando diversos desafios.

A falta de escolas com estrutura acessível e inclusiva, a necessidade de adaptação curricular e a formação limitada de professores e outros profissionais da Educação para o atendimento educacional especializado são apenas alguns dos obstáculos persistentes. Diante desse cenário, é crucial realizar análises sobre o que já foi efetivado por Políticas Públicas de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, e identificar os desafios que ainda persistem.

A efetivação de políticas públicas voltadas para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva representa um desafio contínuo e crucial para municípios brasileiros como Severiano Melo, localizado no estado do Rio Grande do Norte. No período de 2014 a 2024, o Município enfrentou a necessidade de adaptar suas estratégias educacionais para garantir o acesso equitativo e de qualidade à educação para todos os seus estudantes, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais.

Este estudo tem como objetivo geral analisar as políticas públicas de Educação Especial implementadas em Severiano Melo durante os últimos dez anos, destacando os planos, programas e ações adotados nesse contexto. Além disso, visa avaliar os desafios enfrentados na efetivação dessas políticas, oferecendo uma visão crítica e reflexiva sobre os progressos alcançados e as lacunas ainda existentes.

Os objetivos específicos desse estudo são: identificar as principais políticas públicas de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva implementadas no Município de Severiano Melo/RN durante o período mencionado; mapear as ações, diretrizes, programas e planos destinados à implementação dessas políticas no contexto municipal.

Ao explorar esses aspectos, busca-se contribuir para o entendimento das dinâmicas locais de implementação de políticas educacionais inclusivas, fornecendo insights relevantes para gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados no tema. Esta investigação não apenas documenta o panorama histórico das iniciativas em Educação Especial no Município, mas também aponta caminhos para o aprimoramento futuro das práticas educacionais inclusivas em contextos municipais brasileiros.

O presente estudo tem como local de investigação o município de Severiano Melo, localizado no estado do Rio Grande do Norte, conhecido como a

"Capital do Caju" devido à sua significativa produção de caju na região Potiguar. Inicialmente um distrito denominado "Bom Lugar", pertencente à cidade de Itaú, Severiano Melo alcançou status de município em 3 de dezembro de 1963, sendo renomeado em homenagem ao seu fundador.

A questão da educação inclusiva tem sido amplamente discutida no cenário atual. Apesar dos avanços em termos de argumentos, artigos, leis e legislações que abordam o tema, a inclusão escolar ainda é mal compreendida. A garantia da inclusão é fundamental para uma educação de qualidade. Nesse contexto, a escolha do tema sobre iniciativas e desafios na implementação de políticas públicas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva no município de Severiano Melo, RN, justifica-se pelas dificuldades e desafios enfrentados nas escolas locais.

A inquietação surge da constatação de que, embora existam políticas públicas, planos, programas e ações voltados para a educação especial com o objetivo de efetivar a educação inclusiva, a mera existência dessas políticas não é suficiente. É crucial que elas sejam efetivamente implementadas. Atender alunos com necessidades educacionais especiais exige um domínio conceitual sobre inclusão escolar e uma compreensão dos princípios éticos e políticos subjacentes.

A pesquisa revelou que a falta de formação adequada para docentes e outros profissionais, assim como a ausência de uma equipe multidisciplinar na educação, são lacunas significativas que dificultam a inclusão nas escolas municipais de Severiano Melo.

A seguir, é apresentada a estrutura do Artigo: o Capítulo 2 trata sobre a Evolução da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva no Brasil, Capítulo 3 – Desafios da Implantação das Políticas Públicas de Educação Inclusiva, Capítulo 4 – Metodologia, Capítulo 5 – Resultados e Discussão e Capítulo 6 – Conclusão.

2 EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA NO BRASIL

A evolução da educação especial no Brasil na perspectiva inclusiva reflete uma trajetória de transformação significativa ao longo das últimas décadas. Inicialmente, a educação especial era concebida como um sistema paralelo de ensino, voltado principalmente para a segregação de alunos com deficiência em instituições especializadas. Durante os anos 1980 e 1990, influenciado por movimentos internacionais de direitos humanos e educação inclusiva, o Brasil começou a repensar

suas políticas educacionais para integrar alunos com necessidades especiais nas escolas regulares. A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um marco nesse processo, pois garantiu a educação como um direito de todos, estabelecendo que o Estado deve assegurar um sistema educacional inclusivo para alunos com deficiência (BRASIL, 1988).

Na década de 1990, o avanço das políticas públicas inclusivas foi fortalecido com a criação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 1994, que destacou a importância de integrar estudantes com deficiência no sistema educacional regular. Essa política foi reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que estabeleceu a obrigatoriedade de atendimento educacional especializado em todos os níveis de ensino (BRASIL, 1996). Durante esse período, o foco começou a se deslocar para a adaptação dos ambientes escolares, com a introdução de salas de recursos multifuncionais, formação de professores e desenvolvimento de currículos adaptados para garantir a inclusão efetiva dos alunos com deficiência.

Nos anos 2000, a inclusão educacional no Brasil ganhou novo impulso com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada em 2008, que reforçou o compromisso do país com a educação inclusiva e a eliminação de barreiras educacionais (BRASIL, 2009). O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 consolidou ainda mais esses esforços, estabelecendo metas específicas para a inclusão de estudantes com deficiência na educação básica e superior. Apesar dos avanços, desafios persistem, como a necessidade de maior formação de professores e investimentos em infraestrutura e recursos pedagógicos adaptados. A evolução da educação especial no Brasil, portanto, representa um movimento contínuo em direção a um sistema educacional verdadeiramente inclusivo, que reconhece e valoriza a diversidade dos estudantes (GÓES, 2017).

A abordagem da educação especial na perspectiva da educação inclusiva no cenário brasileiro conquistou seu espaço após a promulgação da Constituição Federal de 1988, (UCHÔA E CHACON, 2022). Inicialmente, apresentado no Art. 205, que proclama que “A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família [...]” (BRASIL, 1988, n.p.), e mais especificamente no Artigo 208, Inciso III, que estabelece que o Estado deve garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, n.p.). A Constituição estabelece que a Educação é um direito de todos os

cidadãos, cabendo ao poder público garantir a efetivação desse direito as pessoas com deficiência.

Ao longo dos anos, de forma gradual, iniciativas provenientes de conferências, convenções, resoluções, leis e outros instrumentos, voltadas para a promoção de ações afirmativas em prol das pessoas com deficiência, visando facilitar o acesso à educação e em defesa dos direitos humanos, foram sendo implementadas.

Como resultado desse processo, no ano de 2008, criou-se no Brasil a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Inclusiva. Conforme Mantoan (2011), essa política introduziu novas abordagens para a atuação da educação especial nos sistemas de ensino do Brasil.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Inclusiva de 2008, é o documento norteador que delinea o histórico do processo de inclusão escolar no Brasil, “que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos” (BRASIL, 2008, n.p.).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo:

assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, n.p.).

Os objetivos da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva asseguram oportunidades para os alunos com deficiência em todas as áreas educacionais, em que antes eram limitadas e carentes de muitas demandas. Além disso, a inclusão não é restrita apenas à sala de aula, abrange desde o transporte escolar, a estrutura arquitetônica e curricular, bem como, o estímulo a implementação de políticas públicas para garantir e assegurar aos alunos especiais às mesmas oportunidades, experiências e vivências dos demais.

Este estudo visa proporcionar uma compreensão abrangente das práticas educacionais inclusivas em Severiano Melo/RN, identificando áreas de sucesso e oportunidades de melhoria na educação de alunos com necessidades especiais.

Frente aos desafios, a preocupação do poder público com a educação especial e inclusiva em Severiano Melo/RN, surgiu apenas no ano 2018. Foi nesse ano que a gestão municipal iniciou a implantação da educação especial e inclusiva na cidade, estabelecendo em março deste ano a Sala de Recurso Multifuncional com Atendimento Educacional Especializado (AEE).

3 DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inclusão educacional de alunos com necessidades especiais é um tema central nas discussões sobre equidade e direitos humanos na educação. Embora as políticas públicas voltadas para a educação especial estejam em constante evolução, a sua implementação enfrenta uma série de desafios que comprometem a efetividade das práticas inclusivas. Este capítulo explora esses desafios, abordando questões estruturais, pedagógicas e sociais, com ênfase nas barreiras na infraestrutura e na formação de professores, resistências culturais e preconceitos, além da importância da colaboração entre governo, escola, família e comunidade (Mantoan, 2003; Aranha, 2009).

A implementação das políticas públicas de educação inclusiva enfrenta diversos desafios que vão desde a infraestrutura inadequada até a formação insuficiente de professores. Segundo Mantoan (2003), um dos principais obstáculos é a resistência cultural e institucional à inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares. Muitas instituições ainda operam com base em um modelo educacional tradicional que não contempla a diversidade e a diferença como elementos centrais do processo educativo. Essa resistência se manifesta na falta de adaptações curriculares e na ausência de recursos materiais e humanos necessários para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência.

As resistências culturais e os preconceitos no ambiente escolar são desafios significativos para a inclusão. Ainda há preconceitos enraizados tanto entre os educadores quanto entre os próprios alunos, que podem criar um ambiente pouco acolhedor para os alunos com deficiência. Esses preconceitos se manifestam em atitudes discriminatórias e na percepção equivocada de que esses alunos não podem acompanhar o currículo regular. Além disso, as escolas podem ter uma resistência à mudança, mantendo práticas segregadoras que dificultam a inclusão efetiva (Glat & Blanco, 2007; Mendes, 2010).

A colaboração entre governo, escola, família e comunidade é essencial para o sucesso das políticas públicas de educação inclusiva. O governo tem a responsabilidade de fornecer os recursos necessários e formular políticas que incentivem a inclusão. As escolas devem adaptar seus currículos e práticas pedagógicas para atender às necessidades de todos os alunos, enquanto as famílias e a comunidade desempenham um papel vital no apoio e na integração desses alunos. Quando todos esses atores trabalham juntos, as chances de sucesso das práticas inclusivas aumentam significativamente (UNESCO, 2009; Mantoan, 2006).

Estudos de caso de diferentes contextos mostram que, apesar dos desafios, há exemplos de boas práticas na educação inclusiva. Em algumas escolas, a formação continuada dos professores e as adaptações curriculares têm permitido avanços significativos na inclusão de alunos com deficiência. No entanto, esses casos de sucesso também revelam obstáculos persistentes, como a falta de recursos e a sobrecarga de trabalho dos professores. Esses exemplos destacam a importância de contextos específicos na implementação das políticas inclusivas, mostrando que soluções padronizadas podem não ser eficazes para todos (Aranha, 2009; Mendes, 2010).

Outro desafio significativo na implementação das políticas de educação inclusiva é a formação dos professores. De acordo com Sassaki (2009), muitos docentes não se sentem preparados para lidar com a diversidade em sala de aula, o que pode gerar insegurança e relutância em adotar práticas inclusivas. A formação inicial e continuada dos professores frequentemente não abrange conteúdos relacionados à educação inclusiva, o que impede que os educadores desenvolvam as competências necessárias para promover um ambiente de aprendizado acessível a todos os estudantes. Portanto, a capacitação de professores é um aspecto crucial que precisa ser reforçado para que a inclusão educacional seja efetivamente implementada.

Além disso, a gestão e o financiamento das políticas públicas de educação inclusiva também representam desafios consideráveis. Araujo (2012) destaca que a alocação de recursos financeiros é frequentemente insuficiente para a implementação das adaptações necessárias em termos de infraestrutura escolar e aquisição de materiais específicos. A falta de um planejamento financeiro adequado e a pouca priorização da educação inclusiva nos orçamentos públicos dificultam a criação de ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos. Dessa forma, para superar esses desafios, é essencial que as políticas públicas contemplem um planejamento estratégico que inclua tanto o aspecto financeiro quanto o pedagógico, assegurando que a inclusão educacional

se torne uma realidade em todas as escolas.

4 METODOLOGIA

O presente estudo é de natureza qualitativa, descritiva, exploratória e documental. A pesquisa qualitativa busca compreender profundamente as experiências e percepções dos indivíduos em um contexto específico, permitindo uma exploração rica do fenômeno estudado (Creswell, 2014). A pesquisa descritiva, por sua vez, objetiva mapear características e práticas de uma população ou fenômeno, observando e registrando fatos sem manipulá-los (Gil, 2008). A pesquisa exploratória é essencial para investigar temas pouco conhecidos ou desenvolver novas hipóteses sobre fenômenos ou práticas inovadoras (Sampieri, Collado & Lucio, 2006). Já a pesquisa documental utiliza fontes primárias e secundárias, como documentos oficiais e relatórios, para analisar informações e dados sobre políticas públicas e contextos institucionais (Marconi & Lakatos, 2003).

Os dados serão obtidos por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Severiano Melo, abrangendo um período de 10 anos (2014-2024). As análises se concentrarão nos seguintes aspectos: 1) Planejamento Pedagógico; 2) Formação dos profissionais que atuam diretamente com alunos especiais; 3) Atendimento Educacional Especializado (AEE);

No município de Severiano Melo/RN existem seis escolas pertencente à rede de ensino municipal, distribuídas entre áreas urbanas e rurais. Para a presente pesquisa, foram escolhidas apenas duas escolas, ambas localizadas na zona urbana.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A investigação em epígrafe identificou apenas duas práticas voltadas para a educação inclusiva em duas escolas da rede de ensino municipal, localizadas na zona urbana do Município. Essas práticas consistem no planejamento pedagógico e no Atendimento Educacional Especializado (AEE) oferecido nas escolas da rede municipal de ensino.

Nas escolas estudadas, temos um total de 44 alunos com laudos médicos e assistidos na Sala de Recursos Multifuncional (SRM) com Atendimento Educacional Especializado (AEE). Dentre eles, doze (12) são alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), seis (6) com Deficiência Física, um (1) com Deficiência Visual, cinco (5) com Deficiência Intelectual, e vinte (20) com Transtornos Funcionais Específicos,

tais como: Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), Transtorno de Conduta Não Especificado, Transtorno Opositor Desafiador (TOD) e Dislexia.

O Planejamento Pedagógico é conduzido de forma bimestral, envolvendo a equipe docente e a coordenação pedagógica. Durante essas reuniões, são discutidos o progresso do planejamento, trocadas experiências e ajustadas estratégias conforme necessário. O objetivo é implementar adaptações que atendam às necessidades dos alunos, tais como a simplificação dos conteúdos, a modificação do material didático, a utilização de tecnologias assistivas e a criação de atividades adaptadas.

Os profissionais que trabalham diretamente com alunos especiais frequentemente buscam formação de forma independente, participando de cursos especializados que abordam uma ampla gama de necessidades educacionais, incluindo deficiências físicas, cognitivas, emocionais e transtornos de aprendizagem. Esses cursos também cobrem a utilização de recursos tecnológicos assistivos e a adaptação de métodos de avaliação. Essa busca por capacitação ocorre porque, atualmente, o município não oferece formação específica na área de educação especial.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é realizado na Sala de Recurso Multifuncional (SRM) em ambas as escolas analisadas. Este atendimento pode ser individualizado ou em grupo e ocorre duas vezes por semana, com sessões de 50 minutos cada, no contraturno escolar. A frequência e o formato do atendimento são adaptados conforme as necessidades específicas de cada aluno, levando em conta a deficiência, o transtorno ou as altas habilidades/superdotação. O processo inicia com a identificação das necessidades dos alunos, que pode ser feita por meio de avaliações realizadas pela escola ou de laudos médicos. Com base nessas avaliações, é elaborado um Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) para cada aluno, que inclui diversos tipos de apoio, como recursos pedagógicos adaptados, tecnologias assistivas e intervenções específicas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental ressaltar a necessidade da implantação de novas políticas públicas na área da educação especial, garantindo que o Poder Público assegure às pessoas com necessidades especiais e educacionais o direito fundamental ao acesso a um ensino de qualidade.

Em Severiano Melo/RN, a abordagem da educação especial-inclusiva requer mudanças urgentes, apesar da sala de recurso multifuncional ser considerada uma iniciativa positiva, seu serviço precisa ser expandido para as demais escolas do município, além disso, para alcançar melhores resultados, são essenciais medidas como a contínua formação dos professores e profissionais que trabalham diretamente com os alunos especiais, a capacitação dos gestores das escolas municipais, bem como a aplicação de projetos e ações voltados para o apoio às famílias.

Os dados do estudo revelam que, apesar das limitações enfrentadas pelas escolas da rede municipal em relação à educação inclusiva, há esforços significativos sendo feitos para atender às necessidades dos alunos com deficiências e transtornos. O planejamento pedagógico bimestral, que envolve tanto a equipe docente quanto a coordenação pedagógica, demonstra um compromisso com a adaptação contínua das estratégias de ensino. Essas reuniões permitem que os educadores compartilhem experiências e ajustem suas práticas para melhor atender à diversidade presente nas salas de aula. O foco em simplificação de conteúdos, modificação de materiais didáticos, uso de tecnologias assistivas e criação de atividades adaptadas são passos importantes para a inclusão efetiva desses alunos.

Outro ponto de destaque é o papel ativo que os profissionais de educação têm assumido em buscar formação independente para suprir a falta de capacitação específica oferecida pelo município. A busca por cursos especializados reflete o empenho dos educadores em aprimorar suas habilidades e desenvolver competências para lidar com uma ampla gama de necessidades educacionais. Essa formação contínua é crucial para que os professores possam aplicar práticas inclusivas eficazes e utilizar recursos tecnológicos assistivos de maneira apropriada. No entanto, isso também evidencia uma lacuna significativa na oferta de formação específica pelo município, indicando a necessidade de políticas públicas mais robustas para apoiar a capacitação de educadores na área de educação especial.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), realizado na Sala de Recursos Multifuncional, destaca-se como uma prática essencial para promover a inclusão escolar. Com atendimentos personalizados ou em grupo, realizados no contraturno escolar, o AEE oferece suporte específico que complementa as atividades da sala de aula regular. A elaboração de Planos de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) adaptados às necessidades individuais de cada

aluno reflete uma abordagem centrada no aluno e uma compreensão profunda das diversas necessidades presentes no ambiente escolar. No entanto, para que essas práticas alcancem seu pleno potencial, é fundamental que haja um maior investimento em formação docente, infraestrutura e recursos pedagógicos, além de um apoio contínuo das políticas públicas para sustentar a inclusão efetiva em todas as escolas.

7 REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. (2009). **Políticas de inclusão escolar no Brasil: impasses e perspectivas**. Brasília: MEC/SEESP.

ARAÚJO, R. M. de. **Políticas de inclusão escolar: Uma análise crítica**. Curitiba: CRV, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.

BRASIL. **Decreto Legislativo n. 186, de 9 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília, DF: Senado Federal, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2024.

CRESWELL, J. W. (2014). **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches**. SAGE Publications. Acesso em: 30 jul. 2024.

GIL, A. C. (2008). **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Atlas. Acesso em: 30 jul. 2024.

GLAT, R.; BLANCO, A. A. (2007). **Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar**. Petrópolis: Vozes.

GLAT, R., & BLANCO, A. (2007). **Formação de professores para a educação inclusiva: uma proposta de trabalho colaborativo**. Revista Brasileira de Educação Especial, 13(2), 227-238.

GÓES, M. C. R. de. **Educação inclusiva no Brasil: avanços e desafios**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 23, n. 3, p. 375-390, 2017.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/severiano-melo/panorama>. Acesso em: 22 jun. 2024.

MANTOAN, M. T. E. **Diferenciar para incluir: a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Diversa: educação inclusiva na prática, 2011.** Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/diferenciar-para-incluir-a-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARCONI, M. de A., & LAKATOS, E. M. (2003). **Fundamentos de Metodologia Científica**. Atlas. Acesso em: 30 jul. 2024.

MENDES, E. G. (2010). **Inclusão escolar: a escola comum e o ensino de qualidade**. São Paulo: Cortez.

SAMPIERI, R. H., COLLADO, C. F., & LUCIO, M. P. B. (2006). **Metodologia de Pesquisa**. McGraw-Hill. Acesso em: 30 jul. 2024.

SASAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2009.

UCHÔA, M. M. R. **Educação Inclusiva e Educação Especial na perspectiva inclusiva: repensando uma Educação Outra**, *Revista Educação Especial*. Santa Maria, v.35, 2022. Acesso em: 29 jun. 2024.

UNESCO. **Diretrizes sobre as políticas de inclusão na educação**. Paris: UNESCO, 2009.